

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL NO PENSAMENTO DE
JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA⁴

Juliana Bublitz
Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro
julianabublitz@hotmail.com

Resumo

Às vésperas da independência do Brasil, as ordens emanadas das cortes portuguesas acirraram o antilusitanismo brasileiro e fomentaram as discussões sobre os destinos do Brasil. Nesta conjuntura, foram elaborados diferentes projetos nacionais. O problema da nacionalidade foi formatado no *front* de idéias que acusaram, desde os primórdios da jovem nação, a divergência de propostas sobre como fomentar o desenvolvimento brasileiro. O presente artigo tem como tema um desses projetos nacionais, elaborado pelo político e intelectual José Bonifácio de Andrada e Silva. Nessa releitura, ganham espaço suas idéias sobre desenvolvimento regional e sustentabilidade e sua interpretação do Brasil.

Palavras-chave: José Bonifácio, desenvolvimento, sustentabilidade, modernização

Abstract

With Brazil's independence, discussions on the destiny of the country and how to foment its development rose up. The national project of José Bonifácio de Andrada e Silva, one of the emancipation process leaders, is the theme and focus of this analysis, specially his ideas of regional development and sustainability and his Brazil's interpretation, searching for a much more endogenous development, through radical reforms in Brazilian society and the overcoming of the tradition issue.

Key-words: José Bonifácio, development, sustainability, modernization

⁴ O presente artigo é parte da dissertação de mestrado defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em fevereiro de 2006, com apoio da CAPES através da concessão de bolsa de estudos.

INTRODUÇÃO

José Bonifácio de Andrada e Silva assumiu um papel fundamental não apenas no que diz respeito ao processo de independência, mas também à própria construção e formatação do Estado Nacional brasileiro. Não seria exagero afirmar, como já apontou Caldeira¹, que o paulista foi “o político fundamental de um momento crucial”. Entretanto, para além da imagem mitificada de “patriarca da independência”, como ficou conhecido no Brasil, Andrada e Silva concebeu um ambicioso e surpreendente projeto de desenvolvimento nacional, de alcance social, político, econômico e ambiental, pautado por uma interpretação *sui generis* da jovem nação brasileira. Projeto, este, que em muitos aspectos permanece desconhecido, esmaecido pela cortina de fumaça formada a partir das interpretações de uma historiografia tradicional mais preocupada em narrar “fatos históricos” e criar “heróis” nacionais.

Ao propor reformas profundas e radicais na sociedade brasileira oitocentista, Andrada e Silva almejou tornar viável a reconfiguração do Brasil como projeção singular da modernidade ocidental. O conjunto de idéias elaborado por esse ilustrado acabou se mostrando diverso do que outros políticos e intelectuais do período pensaram para o Brasil. Para o cientista-estadista, tornar viável a Nação e fomentar o seu desenvolvimento – endógeno e sustentável *avant la lettre* – era antes de tudo atentar para as particularidades e incentivar as potencialidades nacionais, além de promover a coesão social brasileira.

Esse processo, para o intelectual, deveria incluir a abolição da escravidão, a inserção sistemática dos ex-escravos na sociedade brasileira, a elaboração de uma nova política indigenista, essencialmente inclusiva, a realização de uma ampla reforma agrária, a extensão do ensino básico para a maioria da população, a transferência da capital para o interior do Brasil, a implantação de uma legislação ambiental e a difusão de práticas mais racionais de exploração da natureza, entre outros fatores. Nesse processo, caberia ao Estado o papel de protagonista, como o condutor e o mediador das reformas estruturais e, por conseguinte, das mudanças sociais provocadas.

Tais idéias, pouco triviais à época, foram sendo construídas e aprimoradas no pensamento de Andrada e Silva desde a sua transferência para a Europa, onde passou a maior parte da vida. A viagem em busca de uma formação universitária teve início em 1783, quando tinha ainda 20 anos. Membro de uma abastada família paulista, Andrada e Silva seguiu os passos de outros bem-nascidos da colônia portuguesa. Seu destino foi a Universidade de Coimbra. Sua trajetória, porém, foi singular.

Dentro da nova perspectiva educacional incitada pelas reformas pomba-

linas, o brasileiro nascido em Santos formou-se em Direito, Matemática e Filosofia. Deixando-se guiar pelas “luzes” e pela mentalidade científica do tempo, dedicou-se a pesquisar a natureza à procura de benefícios práticos para a promoção de riquezas econômicas. Obteve sucesso no meio acadêmico já no seu primeiro trabalho², conquistando prestígio e ganhando uma bolsa de estudos do governo português. Com o auxílio da Coroa, iniciou uma viagem filosófica de 10 anos pela Europa, que iria influenciar decisivamente a sua formação.

Em Paris, além de frequentar a Escola Real de Minas e de publicar uma memória sobre os diamantes do Brasil (1790), que lhe valeu ascensão no seleto grupo de cientistas franceses, viveu de perto a Revolução Francesa. Um ano mais tarde, já na Alemanha, foi aluno da Escola de Minas de Freiberg e conseguiu permissão para conhecer, na prática, minas e indústrias metalúrgicas alemãs. Percorreu ainda, a partir de 1794, a Áustria, a Hungria, a Itália, a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, especializando-se em mineralogia, química, metalurgia e história natural. Teve como mestres estudiosos como Vandelli, Jussieu, Werner e Fourcroy, e tornou-se membro das mais importantes sociedades científicas européias³.

Durante o período de estudos, viu monarquias absolutistas darem lugar a regimes políticos republicanos e viveu a industrialização do sistema capitalista na Europa. Leu as obras de Voltaire, Locke, Montesquieu, Rousseau e Adam Smith, entre outros autores. Acompanhou de perto a urbanização das cidades e as modificações daí decorrentes. Ao retornar a Portugal, com 37 anos, seria incumbido de exercer inúmeras funções no governo lusitano. Mas o otimismo ilustrado do cientista e então funcionário público em pouco tempo se arrefeceu. A tentativa de renovar o reino encontrou resistência interna, na própria burocracia estatal. Andrada e Silva passou, pouco a pouco, a reivindicar o retorno ao Brasil⁴.

Desse período, têm-se inúmeras memórias, cartas e textos importantes redigidos pelo brasileiro, que fornecem elementos relevantes para se compreender o seu pensamento. Além de publicar monografias de cunho mais técnico, como a memória sobre uma nova mina de ouro no rio Tejo (1817), e trabalhos nos quais já revelava sua aguçada crítica ambiental, como o texto sobre a necessidade do plantio de novos bosques em Portugal (1815), Andrada e Silva assumiu uma postura mais atuante na Academia de Ciências de Lisboa, onde foi secretário, proferindo inúmeros discursos públicos. Nesses discursos, o cientista começava a revelar seu lado político, assim como as idéias acerca daquilo que denominava “ciência do governo”.

No *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria I* (1817), apresentou em público uma reflexão sobre o que considerava ser o papel do Estado. No início da carreira acreditava que a sociedade deveria ser guiada pelas leis naturais. Como

a maior parte dos intelectuais ilustrados, tinha a crença de que o progresso era um processo natural, que germinava e progredia como uma planta, numa ordem biológica involuntária. Aos 54 anos, depois de chefiar várias repartições públicas, chegava à conclusão de que uma atuação incisiva do Estado era fundamental, desde que amparada por cientistas preparados. Nessa fase de sua vida, percebia que o desenvolvimento de uma sociedade não era um fenômeno natural e que só se desencadearia com estímulo e intervenção, que acreditava ser função do governo. Essa concepção, de certa forma antecipadora de uma certa visão de desenvolvimento que viria a se difundir no Brasil dos anos 1960-70, norteou sua atuação como ministro.

Em outros textos produzidos no período, talvez pela eminência de voltar à terra natal, Andrada e Silva escreveu mais sobre o Brasil. Ao saber da transferência do Conde de Funchal ao Rio de Janeiro, escreveu ao amigo revelando desde já suas divagações sobre a problemática da escravidão e da marginalização africana e indígena no Brasil, que viriam a ser efetivamente conhecidas em 1823 e se tornariam pontos centrais do seu *Projeto para o Brasil*. Na carta, Andrada e Silva anunciava⁵:

Se agora já pudesse tomar a liberdade de lhe enviar por escrito as idéias que me têm ocorrido sobre novas leis regulativas da escravatura, inimigo político e amoral mais cruel que tem essa Nova China; se com tempo e jeito não se procurar curar esse cancro, adeus um dia do Brasil. O outro objeto que me tem merecido muita meditação e desvelo são os pobres índios [...] para que a raça desgraçada desta mísera gente não desapareça de todo, é mais que tempo que o governo pense seriamente nisto[...]

Essas questões ganhariam cada vez mais destaque no pensamento *andradiano* a partir de seu retorno ao Brasil, principalmente com a emancipação nacional – a sociedade brasileira não podia mais, afinal, continuar fragmentada. O tão esperado retorno viria a ocorrer somente em 1819, aos seus 56 anos. Alguns meses depois, já empreendia ao lado do irmão uma viagem pelo sertão paulista, na qual faria anotações acerca dos hábitos e modos de vida dos brasileiros. Leitor de Rousseau, acreditava que “para se ajuizar sobre o estado político de qualquer nação” era preciso partir de uma “exata descrição do país” e buscar conhecer “os costumes do povo”⁶. Segundo Pádua, tudo o que ele observou naquela viagem renovaria e intensificaria “suas preocupações e ansiedades quanto ao futuro do país”, principalmente no que se refere à destruição dos recursos naturais, à estagnação econômica, aos conflitos contra os índios e aos males da escravidão⁷. Por outro lado, o cientista ficaria admirado com al-

gumas localidades de São Paulo onde encontraria “exemplos de desenvolvimento endógeno”, com uma “agricultura doméstica sadia” e com algumas poucas vilas “modernas e bem cuidadas”⁸. Foi nesse mesmo período que, em carta a Tomás Antônio de Villanova, se ofereceria – sem sucesso – para ocupar o cargo de “capitão-general” de São Paulo⁹.

Pouco depois, a Revolução do Porto traria importantes mudanças na colônia e também na vida do ilustrado. Eleito vice-presidente da junta governativa paulista, Andrada e Silva se tornaria o principal articulador do processo de independência e, conquistando a confiança de D. Pedro, seria nomeado ministro do reino e dos negócios estrangeiros. Seus principais textos sobre o devir do novo país são desse curto período em que se envolveu na política – de 1821 a 1823. Era preciso, afinal, dar ao Brasil uma nova “fisionomia”, e Andrada e Silva acreditava que esta não era e nem poderia ser a simples transposição das formas dos Estados nacionais europeus. Em sua memória a favor da abolição da escravidão (1823), assim resumiria algumas de suas principais idéias sobre os rumos a serem tomados pela jovem nação¹⁰:

O vastíssimo Brasil, situado no clima o mais ameno e temperado do Universo, dotado da maior fertilidade natural, rico de numerosas produções, próprias suas, e capaz de mil outras que facilmente se podem nele climatizar, sem os gelos da Europa e sem os ardores da África e da Índia, pode e deve ser civilizado e cultivado sem as fadigas demasiadas de uma vida inquieta e trabalhada, e sem os esforços alambicados das artes e comércios exclusivos da velha Europa. Dai-lhe que goze da liberdade civil, que já tem adquirido; dai-lhe maior instrução e moralidade, desvelai-vos em aperfeiçoar a sua agricultura, em desempear e fomentar a sua indústria artística, em aumentar e melhorar suas estradas e a navegação de seus rios; empenhai-vos em acrescentar a sua povoação livre, destruindo de um golpe o peçonhento cancro que o rói, e que enfraquece a sua força militar, força tão necessária nas atuais circunstâncias, que não pode tirar de um milhão de escravos, e mais, que desgraçadamente fazem hoje em dia um terço pelo menos da sua mesclada população: então ele será feliz e poderoso.

Note-se que Andrada e Silva ressaltava que o Brasil não necessitava seguir o mesmo caminho trilhado pelas grandes potências européias, pois ele “pode e deve ser civilizado e cultivado” sem “os esforços alambicados das artes e comércios exclusivos da velha Europa”. Além disso, o país possuía “numerosas produções, próprias suas”, constituindo uma particularidade a ser

explorada em benefício do desenvolvimento nacional. Em uma outra nota¹¹, o paulista chegaria a propor que se abandonasse “o comércio externo aos povos velhos e corrompidos, que para não perecerem de todo necessitam dele”. O Brasil, ao contrário, possuía “bens reais, e não precisava de fictícios”. Ou seja, a sociedade brasileira deveria procurar um caminho próprio, relacionado à sua realidade social, econômica e ambiental, o que sugere que o ideal de progresso, para este intelectual brasileiro, não seguia as concepções universalistas que em geral caracterizavam o conceito.

Esse conjunto de propostas e de idéias inovadoras relacionadas ao desenvolvimento do Brasil, porém, não chegou a se concretizar – Andrada e Silva foi demitido e exilado. Como ressalta Pádua, a parcela da elite representada pelos grandes proprietários rurais “não estava disposta a acompanhá-lo em seus propósitos de extinguir a escravidão, dividir as propriedades e combater a rotina predatória e lucrativa da monocultura exportadora”¹². Ao final de sua atuação no ministério, foi muito criticado pelos adversários políticos. Para seu conturbado desfecho, ele mesmo apresentou uma explicação: “Fui deportado, creio que só por medo”¹³.

Como se vê, a “pobre imagem oficial” relegada a José Bonifácio¹⁴, acabou por obscurecer as idéias de um pensador reformista ousado, que, embora tenha sido rotulado como conservador (por simpatizar com o absolutismo e adotar uma postura intervencionista e autoritária), apresentou soluções inovadoras para os problemas do Brasil de seu tempo. Soluções que, em muitos casos, permanecem em grande parte desconhecidas – especialmente no que se refere à sua crítica ambiental. Como outros contemporâneos, Andrada e Silva também pensou o binômio tradição-modernidade ou, mais precisamente no seu caso, a superação da tradição. Na contramão do sentido relegado ao progresso no Brasil, o pensador paulista entendia que a construção do país enquanto Nação moderna exigia mudanças mais do que superficiais. Tradição e modernidade, nesse caso, não eram compatíveis.

IDÉIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ao tornar-se o principal ministro do governo e o braço direito de D. Pedro, José Bonifácio passou a pensar o Brasil de forma global e particular. Seguindo à risca as instruções de Rousseau para a elaboração do sistema político de novas nações, o cientista-estadista passou a buscar respostas para questões ligadas àquilo que seria a “essência” da cultura brasileira, relacionadas às reais possibilidades do Brasil enquanto Estado-Nação¹⁵. Temas como o “gênio nacional” e os “costumes do povo” passaram a suscitar contínuas reflexões do

ministro, crítico do pretense universalismo ilustrado, atento ao “espírito dos povos” e consciente de suas diferentes dinâmicas.

Apesar da busca incansável por uma percepção “macro” do Brasil, ligada à própria lógica de criação e de estruturação do Estado moderno, Andrada e Silva não deixou de refletir sobre as particularidades das regiões no interior do país. A partir da análise de suas principais memórias, pode-se afirmar que o estadista tratou de desenvolvimento regional – embora não usasse esse termo – à medida que se preocupou com a situação das províncias “distantes e isoladas”, quase desconhecidas das elites, com uma povoação considerada “dispersa”, onde o poder do Estado não havia chegado. Além disso, chamou atenção para as potencialidades existentes ou ainda latentes nessas regiões ignoradas pelo governo, desvalorizadas em favor da obsessão de “europeizar” o Brasil, de fazê-lo imagem e semelhança das grandes potências estrangeiras. Não se tratava de buscar um desenvolvimento regional “equilibrado”, mas de buscar a inserção social e econômica dessas regiões no contexto nacional, deslocando o eixo do desenvolvimento do litoral para o interior.

Preocupado com os rumos dessa “terra incógnita brasileira”, destituída de uma missão cultural e predisposta à fragmentação, sugeriu a transferência imediata da capital brasileira para o interior¹⁶, como um ponto de conexão e de integração entre todas as províncias, e a criação de um órgão público, conduzido por cientistas, com o objetivo de “formar a história particular, ou a descrição física e privativa de cada uma das ditas capitânicas ou províncias”, capaz de identificar potencialidades regionais¹⁷.

Tornar o Brasil uno e indivisível não implicaria, ao contrário do que concluiu Therezinha de Castro¹⁸, a anulação dos seus particularismos. Embora agisse no sentido de reprimir as parcelas nativista e lusitana da população no processo de independência, Andrada e Silva ratificou, em vários textos e notas, a importância de se valorizar as particularidades brasileiras. Longe dos riscos de um anacronismo histórico, pode-se dizer que o paulista pensou desenvolvimento regional, dentro do contexto da época, como uma estratégia para neutralizar o perigo de uma “desmembração [...] em porções desatadas e rivais, sem nexos e sem centro comum de força e unidade”¹⁹. Na concepção andradina, a construção da Nação nos padrões modernos implicava necessariamente a existência de uma “mola central de energia e direção geral” no país²⁰. Para isso, paradoxalmente, convinha ater-se a cada uma de suas partes. Vale destacar que, atualmente, especialistas no estudo do desenvolvimento, como a economista Tânia Bacelar de Araújo²¹, alertam para a urgência da formulação e implementação de uma política nacional de desenvolvimento regional, sob pena de haver uma efetiva “fragmentação espacial do Brasil”.

A idéia de transferir a capital brasileira para o centro do país, presente em pelo menos três textos de Andrada e Silva, também evidencia tais preocupações em seu pensamento. Nas suas *Notas Sobre a Organização Política do Brasil, quer como Reino unido a Portugal, quer como Estado independente*, provavelmente de 1821, o cientista-estadista sugere a criação de “uma cidade central no interior do Brasil para assento da Regência, que poderá ser em 15 graus de latitude, em sítio sadio, ameno, fértil e junto a algum rio navegável”, de onde seriam abertos “caminhos de terras para as diversas províncias e portos de mar”²². Surpreendentemente, em uma pequena memória direcionada à Assembléia Constituinte de 1823, Andrada e Silva ainda revelaria sua pretensão de batizar o novo centro administrativo com o nome de Brasília²³. Consta da ata da Assembléia que a sugestão “sobre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova Capital” fora “recebida com agrado” e “remetida à Comissão de Estatística” para posterior análise²⁴. Apesar da recepção aparentemente positiva, o tema não chegou ao centro das discussões.

Nas *Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para os seus Deputados* (1821), o político e intelectual paulista também trataria desse assunto. Entre outros aspectos, o documento ressalta ser “muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil”, pois, além de manter o centro do governo “livre de qualquer assalto e surpresa externa”, poderia se atrair “para as províncias centrais o excesso de povoação vadia das cidades marítimas e mercantis” – uma solução conveniente, que evidencia o utilitarismo de um Andrada e Silva pragmático. O incentivo à migração inter-regional, dos centros urbanos para as províncias do interior do Brasil, além de prevenir levantes populares por arrefecer as pressões sociais nas cidades litorâneas, tornaria útil uma população repudiada pelos setores dominantes da sociedade brasileira.

Além disso, com o deslocamento do eixo de desenvolvimento do litoral para o interior, a população sertaneja seria incluída no processo. Para Andrada e Silva, “os brasileiros de dentro, faltos meios de adquirirem objetos de asseio e comodidade [...] sustentam-se com o espontâneo da terra, e vivem ociosos e inúteis ao corpo geral da nação”²⁵. Assim, com a transferência da capital, essa população passaria a ser empregada em favor do desenvolvimento do Brasil, o que no pensamento andradino implicaria ainda o surgimento de um sentimento de pertença à Nação e, portanto, a própria viabilização da mesma.

Porém, era preciso ainda que o Estado fornecesse condições estruturais para isso. Nesse sentido, o político paulista afirmava que da nova capital seria pertinente “abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar; para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Go-

verno, e se favoreça [...] o comércio interno do vasto Império do Brasil”²⁶. Além disso, segundo ele, “de cada capital de província se abrirão estradas para as outras das províncias circunvizinhas; e outras de cada cabeça de distrito para as outras”²⁷. Dessa maneira, seria minimizado o isolamento das regiões mais longínquas do país.

Esse isolamento também motivaria outras reflexões do paulista, que ainda acentuaria a importância de uma nova legislação sobre as sesmarias no país e de uma efetiva reforma agrária. Segundo Bonifácio, a distribuição de grandes propriedades de terras no Brasil, “sem aumentar a agricultura, como se pretendia, tem estreitado e dificultado a povoação progressiva e unida”. Se inicialmente a doação de sesmarias se deu com o objetivo de ampliar a agricultura e a demografia e de garantir o próprio domínio português sobre o território colonial, efeitos não premeditados levavam Andrada e Silva a crer que essa política deveria ser revista. Isso porque, conforme o paulista, havia imensas sesmarias “possuídas por homens [...] que não só as não cultivam, mas nem sequer as vendem e repartem por quem melhor as saiba aproveitar”. Disso originava-se “que as povoações do sertão se acham muito espalhadas e isoladas”, inclusive pela presença de “imensos terrenos de permeio, que não podem repartir ou cultivar por serem sesmarias”²⁸.

A existência desses latifúndios barrava o desenvolvimento não apenas das diferentes regiões brasileiras, mas do país como um todo, pondo em risco a manutenção da integridade territorial e dificultando a expansão demográfica. Como será analisado mais adiante, o político paulista ainda acreditava que o modelo agrícola implantado pelo sistema colonial, marcado pelo latifúndio e pela monocultura escravista, era tão predatório quanto insustentável, ameaçando o inclusive futuro do Brasil. Com isso, sugeriu que “todas as terras que foram dadas por sesmaria, e não se acharem cultivadas, entrem outra vez na massa dos bens nacionais” para serem vendidas pelo Estado em “porções ou lotes que nunca possam exceder de meia légua quadrada”. Andrada e Silva também sustentou a criação de “uma caixa ou cofre” em que se recolhesse “o produto destas vendas”, que deveria ser empregado para “favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, a quem se dará de sesmaria pequenas porções de terreno para cultivarem e se estabelecerem”²⁹.

Ao propor a doação de lotes para os indivíduos à margem da sociedade brasileira, isto é, os 70% de índios, mulatos e negros que compunham o Brasil³⁰, Andrada e Silva popularizava o acesso à terra, incentivava o surgimento de uma identidade nacional, tornava possível o melhor proveito da natureza, buscava a diferenciação da sociedade e, ao mesmo tempo, garantia a sua coesão. A diferenciação social também seria acarretada pelos incentivos aos “euro-

peus pobres”, que igualmente receberiam terras para colonizar. E para que pequenas vilas e cidades pudessem se desenvolver entre essas propriedades no interior do país, o estadista definiu que “de três em três léguas se deixe pelo menos uma légua intacta, para se criarem novas vilas e povoações e quaisquer outros estabelecimentos de utilidade pública”³¹. A preocupação em relação ao planejamento das cidades nos confins do Brasil também apareceria na sua proposta de criação da Academia de Agricultura.

Para que esses novos núcleos se desenvolvessem, seria necessário ainda levar em conta as particularidades de cada região e, principalmente, suas potencialidades. Andrada e Silva insistia para que se procurasse saber as “produções naturais e espontâneas” de cada local, que seriam o ponto de partida do processo de desenvolvimento promovido pelo Estado³². Caberia aos funcionários da futura Academia definir “com a maior clareza e individuação” tais especialidades e descrever “os portos, rios e lagos, os montes, vales e bosques, que nelas se acharem”, para que houvesse conexões “de um para outro conselho, depois para as comarcas vizinhas e, enfim, para as diferentes capitanias ou para o Império todo”³³.

Em suma, Andrada e Silva propunha o “mais perfeito e integral conhecimento do país”, cujo devir figurava promissor no seu imaginário³⁴. Esse mapeamento detalhado seria uma forma de multiplicar “os meios de adquirir novas riquezas, até agora desconhecidas, [...] sepultadas nos sertões, os quais ao presente só causam susto, medo e terror”. Susto, medo e terror eram os sentimentos nutridos em relação a um Brasil desconhecido e “incivilizado”, que parecia longe de se equiparar às potências do Velho Mundo. A maior parte dessa jovem nação era ainda uma grande incógnita para os setores dominantes da sociedade brasileira e para o Estado. A idéia de desenvolvimento regional no pensamento andradino se insere nesse contexto e precisa ser entendida nesse contexto. Implica uma preocupação clara em “decifrar” tais territórios e envolve intervenção e transformação. Essas três etapas (descrição, intervenção e transformação) deveriam induzir à “civilização” dessas regiões. Esse pressuposto, porém, não representaria uma ruptura com a natureza e sim um redimensionamento da mesma – sua domesticação por meio de uma exploração racional e limitada e sua identificação como a marca particular dessa nova e fértil nação.

No pensamento andradino, o processo de civilização das regiões no interior do Brasil convergia para a consolidação do Estado nacional nos moldes modernos. Mas há que se reiterar que, a viagem de cinco semanas pela província paulista foi o bastante para que Andrada e Silva percebesse que o Brasil não podia simplesmente ser o espelho da Europa no Novo Mundo. Ao

pensar o desenvolvimento das regiões brasileiras, o paulista o pensou a partir das singularidades da nova nação, segundo a sua “diversidade de circunstâncias”, como ele mesmo ressaltou³⁵. Foi essa interpretação particular do Brasil que fez a ousadia de suas idéias na época e que dá especificidade ao seu projeto de desenvolvimento.

ESCRAVOS E INDÍGENAS NO FOCO DAS “MUDANÇAS SOCIAIS PROVOCADAS”

Na sua busca por uma interpretação quase visceral do Brasil, José Bonifácio não poderia deixar de perceber um problema estrutural, que no entanto permanecia dissimulado pelas elites nacionais: a situação social da população de origem africana e indígena no país. À revelia de seus pares, concluiu que os briosos rumos do Brasil poderiam ser frustrantes, caso a exclusão étnica, econômica, política e social desses indivíduos se mantivesse por mais tempo: “Quando me emprego nestas tristes considerações”, admitia o cientista-estadista, “quase que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil um dia regenerado e feliz, pois que se me antolha que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil”³⁶.

Ao passo que percebia essa situação de violência, desprezo e servidão como um problema ético e moral e como uma grave ameaça à segurança e à ordem, o pensador também a considerava uma sólida e incômoda barreira à consolidação do Estado-Nação e ao seu desenvolvimento. Para transformar o Brasil no país forte e unificado que queria, lhe parecia imprescindível tomar medidas racionais a fim de possibilitar uma espécie de “pacto social” em prol do Brasil. Já em 1821, nas instruções para os deputados paulistas nas Cortes de Lisboa, Andrada e Silva alertava para a necessidade de “providências sábias e enérgicas sobre dois projetos da maior importância”³⁷. Esses dois projetos eram “a catequização e civilização geral e progressiva dos índios bravos” e a necessidade de se “melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual de homens imorais e brutos em cidadãos ativos e virtuosos”, vigiando seus senhores para que estes os tratassem “como homens e cristãos, e não como brutos animais”³⁸.

Ao contrário de muitos de seus pares, Andrada e Silva jamais cogitou a possibilidade de que negros e índios fossem incapazes de “civilização” e de racionalidade. Como destaca Pádua, “tanto os índios quanto os africanos [...] eram perfeitamente assimiláveis em uma nova sociedade brasileira. Os aspectos raciais e biológicos não eram determinantes”³⁹. A forma como esses grupos vinham sendo tratados já inquietava o pensador muito antes de seu retorno ao Brasil, e ele tinha

consciência das dificuldades que viria a enfrentar para modificar esse quadro: “Será mais fácil”, acreditava, “propagar as luzes e aumentar a riqueza no Brasil, do que vencer as dificuldades que se opõem, por causa das raças e da escravidão, a que seus moradores sejam sociais entre si e se olhem como irmãos e concidadãos”⁴⁰.

O fato é que, nas primeiras décadas de oitocentos, a maior parte da elite brasileira, com raras exceções, considerava os indígenas seres imprestáveis para o trabalho e por isso mesmo desprezíveis. Aos negros restava a condição de “coisa”. O tráfico negreiro vinha mostrando crescente lucratividade. Da mesma forma, também os indígenas continuavam sendo alvo do cativo, da submissão e da violência⁴¹. Com a independência e a elaboração da nova constituição, depois substituída pela carta outorgada, a escravidão e o tráfico mantiveram-se, assim como a exclusão ameríndia. Em geral para as elites e o governo, a existência da escravidão não comprometeria a modernização do Brasil, paradoxo que levaria Schwarz a sustentar a tese das “idéias fora do lugar”⁴².

É possível que Andrada e Silva tenha amargurado o exílio justamente por ter mexido demais com os brios dessa elite calcada nos velhos moldes coloniais do paternalismo casa-grande. Uma elite que, amparada e dependente da escravidão, jamais aceitou suas idéias revolucionárias. Assim que os senhores de escravos souberam de suas intenções, opuseram-se a ele e influenciaram sua queda. Em julho de 1823, Andrada e Silva deixava o governo, ao passo que o genro do maior traficante de escravos do Brasil assumia a Secretaria da Fazenda⁴³. Isso não impediu, no entanto, que o paulista continuasse difundindo suas idéias. Na sua *Representação sobre a Escravatura* (1823), Andrada e Silva foi explícito ao criticar aquilo que entendia como uma contradição no Brasil: “Como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos [...]? É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro”⁴⁴.

O fim do tráfico e a abolição, porém, não seriam o bastante para solucionar o problema relativo aos escravos. Segundo o cientista, era “preciso cuidar seriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes” e atentar para que os libertos recebessem do Estado o suporte necessário para se manter e se desenvolver. Assim, no décimo artigo de seu projeto, Andrada e Silva determinava que “todos os homens de cor forros” deveriam receber do Estado “uma pequena sesmaria de terra para cultivarem” e, além disso, “os socorros necessários para se estabelecerem”⁴⁵. O pensador sabia que se a situação não fosse remediada “uma multidão imensa de homens desesperados [...] sentindo o peso insuportável da injustiça” seria condenada “a uma vileza e miséria sem fim”. Ele previa o futuro infortúnio dos negros no Brasil e criticava com ironia aqueles que procuravam razões para justificar a escravidão⁴⁶:

Diz que é um ato de caridade trazer escravos da África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos régulos: diz igualmente que, se não viessem esses escravos, ficariam privados da luz do evangelho... diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro, doce, fértil e ameno... Homens perversos e insensatos!

Intelectual ilustrado, não compreendia como os brasileiros podiam continuar “surdos aos gritos da razão”, e listava as desvantagens inerentes à manutenção do tráfico e da escravidão, entre elas o atraso da indústria, a “inércia” dos senhores de escravos e seu desprezo pelas inovações técnicas e pelas melhorias na agricultura, realizada de forma predatória pela mão-de-obra escrava⁴⁷. A presença da escravidão tolhia o desencadeamento do processo de industrialização, a diferenciação efetiva da estrutura social e a possibilidade de uma exploração mais racional dos recursos naturais. Segundo Andrada e Silva, “a proibição do tráfico de carne humana” faria os senhores “mais ricos”, ao contrário do que eles próprios supunham⁴⁸. Para pôr fim à ilusão dos fazendeiros, propôs o gradual enfraquecimento do poder dos senhores sobre seus cativos.

No décimo terceiro artigo de seu projeto, sugeriu a interferência do Estado nas relações entre casa-grande e senzala⁴⁹. Seria o Estado, mais uma vez interferindo na sociedade, especialmente nas relações entre capital e trabalho, com o fito de provocar, mas também de controlar o desenvolvimento. Conforme o referido artigo, o senhor não poderia mais “castigar o escravo com surras, ou castigos cruéis” sem ter obtido uma “licença do juiz ou policial, que determinará o castigo à vista do delito”. A reprimenda, quando autorizada por lei, teria de ocorrer “no pelourinho público da cidade, vila, ou arraial” e não mais em propriedade particular. Qualquer um que desobedecesse as normas, seria punido.

Caso esse artigo fosse aprovado e incorporado à Constituição, os senhores de escravos perderiam o poder ilimitado do qual usufruíam. O que Andrada e Silva propunha, portanto, desestabilizaria o sistema patriarcal. É claro que existiram pensamentos anti-escravistas e anti-coloniais anteriores às idéias andradinas, como a crítica quinhentista de Frei Bartolomé de Las Casas⁵⁰ contra o genocídio ameríndio praticado pelos espanhóis e os apontamentos redigidos pelo missionário e advogado português Manoel Ribeiro Rocha⁵¹, em 1758, acerca da escravidão negra. Apesar disso, as críticas tecidas por Andrada e Silva faziam parte de um projeto nacional amplo e reformista, inédito no Brasil.

Ainda quanto à problemática da escravidão, Andrada e Silva ressaltava que a abolição não deveria ser apenas um “dever”, mas um “interesse” de todos⁵². Justificava essa afirmação supondo que somente se os escravos nu-

trisses “a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos”, poderiam deixar de ser “inimigos” para se tornarem “nossos amigos e clientes”. As razões para a sua preocupação em relação aos escravos, como se percebe, não se resumiam a sentimentos de compaixão. Isso também se apreende de suas afirmações sobre os ameríndios, que considerava “um rico tesouro para o Brasil”, desde que se tivesse “juízo e manha para aproveitá-los”⁵³. Acima de tudo, lhe parecia irracional manter essa população isolada e desprezada. No caso da escravidão, ao invés de fornecer “exemplos domésticos de corrupção e tirania” e de “obstar a nossa indústria”, poderia fornecer “cidadãos úteis, ativos e morigerados” que, “para ganharem a vida”, cultivariam “pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada valem”⁵⁴. Esses homens e mulheres, identificando-se com a Nação e sentindo-se brasileiros, se tornariam mão-de-obra efetiva para a prosperidade do país, assalariada e consumidora, imprescindível para dinamizar a economia.

Em seus *Apontamentos para Civilização de Índios Bravos no Brasil* (1823), considerava que, nas circunstâncias em que se encontrava o país, “civilizar” os índios era um “objeto de sumo interesse e importância”⁵⁵. Para ele, o governo brasileiro tinha “obrigação de instruir, emancipar, e fazer dos índios e brasileiros uma só nação homogênea, e igualmente feliz”⁵⁶. Percebe-se, mais uma vez, a concepção evolucionista do pensador: era preciso, afinal, transformar os nativos, instruindo-lhes conforme o processo civilizatório ocidental. Por outro lado, se Andrada e Silva queria “civilizar” esses grupos, também queria resgatá-los das margens da sociedade brasileira, onde corriam sérios riscos de extermínio pelas constantes perseguições e matanças. No contexto da época, suas considerações em relação aos indígenas eram de fato inovadoras e tencionavam favorecer essa população. Andrada e Silva deixava claro que a “política de ilhar os índios”, muitas vezes utilizada pelos padres jesuítas (e ainda hoje perpetuada através das reservas indígenas), deveria ser evitada. A idéia era integrar a população, inclusive pelo incentivo aos casamentos entre nativos e brancos⁵⁷. Somente assim, segundo ele, se conseguiria acabar “de uma vez com preocupações anti-sociais e injustas”⁵⁸.

Para que se conquistasse a confiança das tribos a fim de promover essa integração, o político paulista acreditava que seria preciso “mudar absolutamente de maneiras”. Era necessário conhecer “o que são e devem ser naturalmente os índios bravos”, para só depois iniciar uma aproximação. Essa aproximação, considerada imprescindível, também tinha entre seus objetivos integrá-los à sociedade enquanto força de trabalho livre⁵⁹. Porém, diferentemente de seus pares, o cientista-estadista reconhecia os males que a assimilação violenta e desmedida da cultura ocidental provocava nos nativos. Se-

gundo ele, “com o pretexto de os fazermos cristãos, lhes temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades”⁶⁰.

Uma das maneiras de promover uma integração menos “traumática” seria, na concepção do pensador, a criação de novas aldeias, sob orientação do governo e em locais pré-definidos, onde se incentivasse a convivência de índios, brancos e mulatos. Nesses povoados, criados principalmente nos sertões a fim de promover desenvolvimento regional, o Estado estimularia a criação de animais, a agricultura, a construção de “casas mais cômodas e asseadas”, o uso de roupas e a miscigenação, por meio dos casamentos interétnicos.

Isso porque, segundo ele, o mulato era “a raça mais ativa e empreendedora”, unindo a “vivacidade impetuosa e a robustez do negro com a mobilidade e sensibilidade do europeu”⁶¹. Em vários artigos, deixou expressa a vontade de que negros, índios e brancos se misturassem. Exaltou a mestiçagem – algo que só ganharia destaque mais tarde, com Gilberto Freyre (1933) – e afirmou que esta gente híbrida seria, de fato, a “verdadeira” população brasileira. A miscigenação, por muitos vista como o grande “mal” do Brasil, seria assim o caminho para se chegar a uma cultura brasileira autêntica e, por isso mesmo, necessariamente híbrida.

A preocupação andradina em relação à situação social dessa parcela “marginal” da sociedade brasileira oitocentista é compreendida quando se atenta para seus fundamentos religiosos e iluministas. Não se tratava de transformar os escravos em sujeitos econômicos – eles já eram os pivôs da economia brasileira na época. A abolição da escravatura acabaria com a figura do escravo, mas não com a do negro. Era na inserção econômica desse ator social que Andrada e Silva pensava.

Além disso, o que estava em jogo, na sua concepção, era a necessidade de uma regeneração moral do Brasil, isto é, de um rompimento radical com a “tradição”, cuja representação máxima transfigurava-se na disseminação de uma “moral das senzalas”. Como conclui Sérgio B. de Holanda, “negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a ‘moral das senzalas’ veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo”⁶². Uma das conseqüências disso, ainda segundo Holanda, foi “a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países, inclusive nos da América espanhola”⁶³. Essa situação preocupava Andrada e Silva, principalmente no que se refere à preponderância da “moral das senzalas” sobre uma “ética do trabalho”. Era a superação do chamado “homem cordial” que o instigava a lutar pelo fim da escravidão e pela inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira, além das questões humanitárias iluministas e os fundamentos religiosos que norteavam sua visão de mundo.

Tratava-se, por um lado, de um processo de homogeneização forçada, no que se refere à civilização (ou “ocidentalização”) de índios e de negros; por outro lado, também se tratava de um processo que teria possivelmente promovido a melhoria da qualidade de vida dos escravos, que ganhariam, além da liberdade, terras para plantar e auxílio do Estado nessa nova fase. No caso dos indígenas, o processo civilizador representaria sem dúvida uma violência física e simbólica, mas evitaria seu extermínio e tornaria possível sua aceitação numa sociedade dominada por uma elite ocidentalizada. Estes também receberiam terras e subsídios do governo e passariam a ser considerados, perante a lei, cidadãos brasileiros, como negros, brancos e mulatos. Com isso, Bonifácio pretendia garantir a coesão social e tornar o Brasil um país efetivamente capitalista e ocidental. Embora ao observador contemporâneo essas idéias em relação aos negros e indígenas possam parecer equivocadas, no seu tempo, foram inovadoras. E talvez inclusivas demais, do ponto de vista das elites.

IDÉIAS DE SUSTENTABILIDADE E CRÍTICA AMBIENTAL

Num tempo em que relativamente poucos brasileiros se preocuparam com a devastação da natureza, José Bonifácio também reservou atenção especial ao meio ambiente. Sua inconformidade perante a ação predatória humana tornou-se motivo de reflexão desde o período em que viveu na Europa, onde teve contato com intelectuais igualmente preocupados com essas questões, como o naturalista italiano Domenico Vandelli e o geógrafo alemão Alexander von Humboldt. Não seria exagero afirmar que Andrada e Silva “conviveu diretamente com o processo de gestação de todo um novo universo teórico sobre a dinâmica da natureza que veio a desaguar, décadas mais tarde, no surgimento formal da ecologia”⁶⁴. Daí o arrojo de suas conclusões em relação ao meio ambiente.

Em 1790, Andrada e Silva fez a sua primeira crítica ambiental, detalhando os problemas relativos à pesca de baleias⁶⁵. A partir de exemplos extraídos inclusive do Brasil, propôs soluções práticas para garantir o melhor proveito econômico da pesca e a sobrevivência da espécie. Segundo ele, era tempo de reformular a metodologia empregada naquela atividade, principalmente no que se referia à matança de filhotes:

O método de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mães [...] parece visto a vulto excelente, mas olhando de perto é mau, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria. É fora de dúvida que, matando-se os baleotes de mama, vem [...] a diminuir-se a geração futura.⁶⁶

Neste primeiro trabalho científico, Andrada e Silva ressaltava a importância e a necessidade de se evitar a exploração destrutiva do meio ambiente, racionalizando as técnicas utilizadas nas atividades primárias por meio da ciência. Difundia a idéia de preservação ambiental com entusiasmo, mas a visão que nutria dos recursos naturais era em grande medida utilitarista e antropocêntrica, diretamente influenciada pelo iluminismo⁶⁷. Para ele, preservação ambiental, crescimento econômico e igualdade social estavam entrelaçados e tinham estreita relação com a domesticação dos recursos naturais.

Seria possível, então, falar em “desenvolvimento sustentável” no pensamento de Andrada e Silva? Antes de qualquer resposta, cabe lembrar que este é um conceito controverso e nada consensual. Após um período de grande euforia, passou a receber duras críticas. Conforme o Relatório Brundlant, desenvolvimento sustentável seria um processo que busca “garantir as necessidades das gerações futuras”⁶⁸. Mas, afinal, quais seriam exatamente essas necessidades? Assim questionou-se Gilbert Rist⁶⁹, um dos principais críticos do desenvolvimento na atualidade. Como ele, outros intelectuais levantaram problemas: Foladori⁷⁰ e Fernandes⁷¹ trataram dos limites do desenvolvimento sustentável, Montibeller-Filho⁷², do mito criado em torno da proposta, e Stahel⁷³, da sua incompatibilidade dentro da lógica capitalista. Por outro lado, outros pesquisadores viram na concepção de um “desenvolvimento sustentável” uma saída ao modelo excessivamente entrópico-fossilista até então em voga no mundo ocidental. Para Cavalcanti, trata-se de um conceito que deveria ir muito além do simples interesse pelo “verde” ou pelas “amenidades ambientais”⁷⁴. Segundo Brüseke, tratar-se-ia efetivamente de uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais “desgastados numa série infinita de frustrações”⁷⁵.

Festejada ou criticada, a idéia de um modelo de desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente data dos anos 1970 e surgiu num contexto histórico muito específico, quando o tradicional padrão de desenvolvimento (ou de progresso) passou a ser associado a uma série de conseqüências graves ao planeta. O desenvolvimentismo, a revolução verde, a modernização como simples mimese descontextualizada e os programas verticalizados e homogeneizantes puseram em xeque a concepção simplista que prometia um caminho linear e otimista em direção ao progresso.

É fácil perceber que o contexto em que se deram essas mudanças é extremamente diferente daquele vivenciado por Andrada e Silva no Brasil oitocentista. O século XIX foi o auge do ideal de progresso. As elites do Novo Mundo almejavam mimetizar a Europa. Não podiam imaginar as conseqüências desastrosas daquele novo modelo, que surgia como a promessa de

um mundo melhor, ou mesmo perfeito. Nesse sentido, seria arriscado falar em “desenvolvimento sustentável” no Brasil do século XIX, tal como se discute atualmente. Porém, há que se ressaltar que Andrada e Silva apresentou idéias sofisticadas sobre as conseqüências negativas da devastação ambiental e defendeu a necessidade imediata de se promover a racionalização da exploração dos recursos naturais. É possível afirmar sem ressalvas que ele desenvolveu o que hoje poderíamos chamar de idéias de sustentabilidade para o Brasil, no sentido de que se preocupava com a conservação da natureza como requisito fundamental não apenas para a sobrevivência humana, mas também como garantia de um futuro promissor ao Brasil.

Para o político e intelectual paulista, garantir a sustentabilidade da biodiversidade brasileira era a promover a exploração racional, planejada e limitada, pautada sempre pela ciência, daquilo que considerava um recurso natural. A domesticação da natureza era inerente ao processo de modernização⁷⁶. Mas essa apropriação e exploração não podiam, na concepção andradina, esgotar o recurso natural. Havia limites que deveriam ser respeitados para garantir que este não se extinguisse. Esses limites seriam dados pelos cientistas, mas a atuação do Estado e da sociedade civil, com o amparo de leis que regulamentassem a exploração da natureza, também seria fundamental.

Com essa concepção, Andrada e Silva defendeu o fim das queimadas, a necessidade de promover incentivos e de prestar auxílio técnico aos agricultores e a instituição de uma nova relação com a terra, de cunho ecológico e sustentável. Além disso, chamou atenção para a conexão entre escravidão e destruição ambiental. Acreditava que “se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos”, na época “abandonadas como maninhas”. E tinha convicção de que, se a agricultura se fizesse “com os braços livres dos pequenos proprietários”, as terras seriam mais bem cuidadas, “por necessidade e por interesse”.⁷⁷

No Brasil contemporâneo, conforme Dean, “é impossível calcular a extensão do impacto de um regime de trabalho agrícola escravo sobre a região das florestas do sudoeste”, mas ainda assim não é difícil identificar a extensão dos problemas resultantes dele⁷⁸. As técnicas atreladas ao funcionamento das plantações escravistas foram extremamente impactantes e levaram Andrada e Silva a reforçar a sua luta pelo fim do tráfico e pela abolição. Entre seus argumentos, citava exemplos longínquos para provar que, sem o braço escravo, haveria não apenas uma menor degradação ambiental, mas um salto de prosperidade e de lucro nas lavouras nacionais. Segundo ele, na Cochinchina não havia escravos, mas a produção e a exportação do açúcar eram consideráveis. Além disso, exaltava que, se “todo esse açúcar vinha de um pequeno país”, não havia necessida-

de alguma de “estragar matas e esterilizar terrenos, como desgraçadamente entre nós está sucedendo”⁷⁹.

Embora relacionasse o latifúndio e a mão-de-obra escrava à devastação ambiental, cabe destacar que Andrada e Silva não atentou para o rastro de destruição deixado pela pequena propriedade e pelo braço livre da colonização européia no Brasil. Na mesma época em que o intelectual paulista escrevia a sua crítica ambiental, iniciavam-se as experiências coloniais no país. Uma leva de suíços estabelecia-se em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Pouco depois, a colonização européia dava início, na província de São Pedro do Rio Grande, a uma sistemática derrubada das matas. Nos relatos de viajantes como Oscar Cansatt⁸⁰ e Robert Avé-Lallemant⁸¹ e em cartas e memórias de colonos, têm-se indícios claros de que o impacto ambiental causado pelo empreendimento colonial foi igualmente devastador. Estudos recentes, ancorados na abordagem da história ambiental, atestam esse fato⁸², que no entanto é uma lacuna no pensamento andradino. Essa constatação, porém, não invalida suas reflexões e críticas ambientais. Se entendidas à luz de sua época, elas foram surpreendentes – e em alguns casos, por sua atualidade, ainda o são.

Contemporaneamente, a despeito das críticas ou dos créditos, muitos autores acreditam que o conceito sustentabilidade, para ser viável, deve levar em conta o “conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o fenômeno do desenvolvimento”⁸³, sendo entendido de forma holística. No século XIX, influenciado pelos pensadores ilustrados com quem teve contato, pelo arcabouço teórico fisiocrata e pela economia da natureza, Andrada e Silva já insistia no fato de que a vida humana era parte de um sistema muito maior, interligado e interdependente, como se apreende do trecho a seguir⁸⁴:

Se os canais de rega e navegação aviventam o comércio e a lavoura, não pode havê-los sem rios, não pode haver rios sem fontes, não há fontes sem chuvas e orvalhos, não há chuvas e orvalhos sem umidade, e não há umidade sem matas; pois uma árvore de dez anos destila cada dia mais de 30 libras de água, que espalha em redor de si [...] Demais, sem bastante umidade não há prados; poucos ou nenhuns gados; e sem gados nenhuma agricultura. Assim tudo é ligado na imensa cadeia do Universo; e os bárbaros que cortam e quebram seus fuzis pecam contra Deus e a Natureza, e são os próprios autores de seus males.

O trecho ainda revela uma preocupação evidente no que se refere à busca de uma relação mais harmônica do homem com a natureza, isto é, do equilíbrio no processo de domesticação da natureza. Além disso, sugere a idéia de ressacrali-

zação da natureza e a consolidação da ciência como principal meio para a humanidade conhecer as leis naturais. Nele, percebe-se inclusive a dimensão religiosa da natureza e o predomínio da visão humboldtiana no pensamento andradino. Trata-se, sem dúvida, da faceta romântica de um Andrada e Silva quase sempre racional e utilitarista, que defendeu a necessidade de reflorestar o reino já em princípios do século XIX e de se criar uma “polícia própria” para guardar as matas, bem como de um arcabouço de leis que regulamentassem a exploração dos recursos naturais.⁸⁵

É significativo notar que todas essas idéias de sustentabilidade, elaboradas ao longo de quase quarenta anos vividos principalmente na Europa, ganhariam um novo foco com a independência do Brasil. Pensar os rumos do país, para o cientista-estadista, era também pensar a correta exploração de seus recursos – “a sorte ou a ruína das nações, segundo o autor, estaria ligada ao destino de suas florestas”⁸⁶. Ao contrário de outros políticos e intelectuais brasileiros do período, Andrada e Silva sabia que as riquezas naturais da jovem nação não eram infinitas. Assim como também reconhecia, ao contrário do que pregava o Iluminismo, que a humanidade tinha limites e que deveria medir seus atos. Para ele, o progresso idealizado pelas elites não podia mais justificar uma devastação ambiental desmedida e despreocupada.

Foi com esse pensamento que sugeriu a criação da Academia de Agricultura. Com a implantação desse órgão, também pretendia criar um corpo técnico e científico treinado para ensinar novas práticas aos agricultores e para incentivá-los a adotar uma nova relação com a terra e com a natureza. A esses acadêmicos também caberia uma “bem circunstanciada e muito particular descrição” das florestas e dos montes brasileiros, os quais deveriam merecer “respeito” pela sua importância à humanidade, pois, segundo Andrada e Silva, seriam “as respeitáveis muralhas com que a natureza quis cercar as terras destinadas à sustentação do homem, e defendê-las do insulto dos ventos, das neves, dos excessivos frios e das grandes calmas”⁸⁷. Eram, portanto, muito “vantajosas [...] as recompensas e mui lucrosos os benefícios” vindos da natureza, desde que ela fosse respeitada. Frente a isso, Andrada e Silva questionava-se: “Como, pois, se atreve o homem a destruir, em um momento e sem reflexão, a obra que a natureza formou em séculos...? [...] Que defesa produziremos no tribunal da razão, quando nossos netos nos acusarem de fatos tão culposos?”⁸⁸

Todas essas perguntas enfatizam a preocupação do estadista em relação às gerações futuras – uma preocupação semelhante àquela que norteia as reflexões sobre desenvolvimento sustentável. Da sustentabilidade dos recursos naturais, dependia o desfecho promissor do Brasil. Continuar a agir de forma irracional em relação ao meio ambiente era “renunciar” aos seus “benefícios”, trans-

formar em pesadelo o sonho de um futuro grandioso de uma terra de promessa. Pensar dessa forma, no contexto da época, era inverter a ordem das coisas, quando se tinha a certeza de que quanto mais se explorasse a natureza, considerada infinita, mais rápida seria escalada do progresso. Andrada e Silva estava convencido do contrário, pois dominar a natureza a qualquer custo e de forma irracional, exaurindo seus recursos, seria o mesmo que acenar para a ruína do Brasil. Todos deveriam saber, segundo ele, que “os países que perderam suas matas estão quase todos estéreis e sem gente”⁸⁹. Longe de tecer um discurso vazio, salvacionista e utópico, ele desenvolveu idéias de sustentabilidade objetivas e executáveis, baseadas em três aspectos fundamentais: a igualdade social, a possibilidade de desenvolvimento e de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, o cuidado com o meio ambiente. Esse processo só se tornaria possível, na visão desse intelectual, se amparado por uma legislação ambiental eficaz e por um Estado presente e regulador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas de que, ao pensar os rumos do Brasil no século XIX, José Bonifácio apropriou-se do projeto europeu. Mas esse mesmo projeto, em seus escritos, ganhou uma forma híbrida. Foi modificado e ajustado ao contexto e às condições brasileiras. As idéias não estavam “fora de lugar”. O projeto andradino para o Brasil foi sem dúvida um projeto de desenvolvimento, entendido como “mudança social provocada”. Foi mais do que um ideal de progresso, que na concepção da época seria a evolução natural, constante, linear e sem limites de uma sociedade. Andrada e Silva não acreditava nessa “naturalidade” e muito menos na inexistência de limites. Pensava num conjunto de alterações profundas, provocadas pelo Estado, nas estruturas da sociedade, que acarretassem mudanças sociais duradouras. Para ele, a jovem nação não tinha de seguir um caminho único (do universalismo iluminista), mas a sua própria dinâmica. Antecipava, dessa maneira, uma das críticas de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ao *approach* de Rostow, em seu livro *The Stages of Economics Growth* (1962), e, sobretudo, à dependência e ao desenvolvimento na América Latina. Segundo Cardoso e Faletto, os “diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados com o afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre periferia e centro”⁹⁰.

Além disso, se o sentido do progresso no Brasil oitocentista transfigurava um amálgama de tradição e modernidade, Andrada e Silva mais uma vez diferenciava-se de seus pares. Para ele, a consolidação do Estado nacional dependia

da superação da tradição, isto é, dos vícios de uma sociedade escravista anacrônica. Em um de seus textos, o pensador paulista ratificou esse posicionamento: “Os que se opõem às reformas por nímio respeito da antiguidade”, dizia ele, culpariam seus pais “para com os seus antigos quando adotaram o cristianismo e destruíram a escravidão na Europa? Não era isto abandonar a antiguidade para ser moderno?”, perguntava-se. E mais: “por que não aproveitaremos nós as luzes do nosso tempo, para que a nossa posteridade tenha também uma antiguidade que de nós provenha, mas que deixe de o ser logo que os progressos do espírito humano assim o exigirem?”.⁹¹

Andrada e Silva não cogitava uma contemporização entre o tradicional e o moderno. Seu ideário intelectual “baseava-se na crença de que era possível construir uma civilização progressista, racional, ilustrada e sóbria” no Brasil⁹². Porém, isso não parecia possível sem que se adotasse um projeto amplo de reforma radical, em todos os aspectos. Como ressalta Dean, as propostas elaboradas por Bonifácio “teriam reestruturado a sociedade brasileira no prazo de uma geração”, mas precisamente por isso “não receberam nenhuma consideração”⁹³. Poder-se-ia dizer mais: as propostas andradinas deixaram de ser concretizadas não apenas por envolverem resultados não-imediatistas, mas justamente pelos próprios resultados que almejavam – certamente assustadores para a maior parte da elite nacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. In: *Revista Econômica do Nordeste*, v.30, nº 2, 1999.
- BRÜSEKE, Franz Josef. “O Problema do Desenvolvimento Sustentável”. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- BUBLITZ, Juliana. *Entre tradição e modernidade: dilema do desenvolvimento no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.
- _____. *Modernização e Desenvolvimento no Brasil da primeira metade do século XIX*. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004.
- _____. “A Eco-História da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul”. In: *Revista Métis*, EDUCS, v.3, n.6, p.179 – 200, Caxias do Sul, 2004.
- _____. “O colono adentra a mata: A colonização italiana no Rio Grande do Sul sob a perspectiva da História Ambiental” In: *I Encontro do GT História Agrária*, da ANPUH-RS, Porto Alegre, 2005.
- BUBLITZ, Juliana e CORREA, Sílvio M. S. “Para uma outra história do desen-

volvimento regional: Aspectos ecológicos da colonização alemã no Rio Grande do Sul”. In: *Seminário Internacional Leitura e Interpretação da Imigração na América Latina*. São Leopoldo, Unisinos, 2004.

_____. “Desenvolvimento sustentável e história regional: notas para uma história ambiental da colonização no Rio Grande do Sul”. In: *II Congresso Sul-Americano de História*, Passo Fundo, 2005.

CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

CAVALCANTE, Berenice. *Razão e Sensibilidade – José Bonifácio, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2001.

CAVALCANI, Clóvis (org) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

COSTA, Pedro P. da Silva. *José Bonifácio*. São Paulo: Editora Três, 1974.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIÁRIO da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823. Brasília: Senado Federal, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLANDA, Sérgio B. de (org). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, Vol. 3. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOO, Hans van der, e REIJEN, Willem van. *Modernisierung. Projekt und Paradox*. Deutscher Taschenbuch Verlag, 1992.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: UFSC, 2001.

OLIVEIRA, José Feliciano de. *José Bonifácio e a Independência (o homem do Fico e o verdadeiro patriarca)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

PÁDUA, José Augusto. “A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da na-

- tureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, nº44, 2000.
- _____. *Um sopro de destruição – Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado. Discurso sobre a Libertação dos Escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Cehila, 1992.
- SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do Desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- SILVA, Ana Rosa C. da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1873-1823)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- SILVA, José B. de Andrada e. “Instruções particulares para servirem de regulamento ao sr. Jorge Antônio Schaeffer na missão com que parte desta Corte para a de Viena da Áustria, e outras (1822)”. In: CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.158-162.
- _____. “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil (1823b)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.47-61.
- _____. “Os índios são muito imaginativos (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.71-72.
- _____. “A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens foi a conquista do Novo Mundo (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.68-69.
- _____. “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura (1823a)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.23-42.
- _____. “Para ajuizar sobre o estado político de uma Nação (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.84-85.
- _____. “Carta ao conde de Funchal, Lisboa (1812)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.218-224.
- _____. “Representação ao Príncipe (1822a)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.138-145.

_____. “Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil (1822b)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.66-82.

_____. “Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo (1817b)”. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. 5 (1): 140-52, Lisboa, 1817.

_____. “Memória sobre o diamante do Brasil (1790)”. In: *Gemologia*. São Paulo: 8 (32): 7-10, 1963.

_____. *Instruções que devam servir de regulamento para as obras futuras, e polícia do Mondego e seus campos (1813)*. Coimbra, 1813.

_____. “Elogio Acadêmico da senhora d. Maria I (1817)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.83-114.

_____. “Carta a Tomás Antônio de Villanova (1820)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.115-118.

_____. “Discurso histórico recitado na sessão pública de 24 de junho de 1819 pelo secretário José Bonifácio de Andrada e Silva”. In: *Histórias e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VI, parte II. Lisboa: Tipografia da Academia, 1820.

_____. “Apontamentos sobre política”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.248.

_____. “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados (1821a)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.125-133.

_____. “Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente (1821b)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.119-124.

_____. “Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal (1815).” In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.57-65.

_____. “Apontamentos (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.82-83.

_____. “Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias.” In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 51-56.

_____. “Banir a ignorância e antiga barbárie dos costumes (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.65-66.

_____. “Notas avulsas (s.d.)”. In: In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.43-46; 73-78; 89-96; 98-104; 128-138; 144-148; 160-166; 170-174; 176-178; 201-206.

_____. “Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.64.

_____. “Notas sobre administração e agricultura (s.d.)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.259-262.

_____. “Instruções particulares para servirem de regulamento ao sr. Jorge Antônio Schaeffer na missão com que parte desta Corte para a de Viena da Áustria, e outras (1822c)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.158-162.

_____. “Para conservar-se um Estado (s.d.)”. In: DOLHNIKOFF, M. (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.79.

_____. “Pensamentos e Notas (s.d.)”. In: CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.234-241.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

STAHTEL, Andri W. “Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis”. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

SUNKEL, Osvaldo. “A Sustentabilidade do Desenvolvimento atual na América Latina”. In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro, e ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, Edusp, 2001.

UNEP. *Goals and principles of environment impact assessment*. Nairobi: 1987.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.27.

² SILVA, José B. de Andrada e. *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. Lisboa, 1790.

³ SOUSA, Octavio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p.20-31;

⁴ Idem, p.31-50.

⁵ SILVA, José B. de Andrada e. “Carta ao conde de Funchal, Lisboa” (1812) in CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.221.

⁶ SILVA, José B. de Andrada e. “Para ajuizar sobre o estado político de uma Nação” (s.d.) in DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Publifolha, 2000, p.84.

⁷ PÁDUA, José A. “A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, nº44, 2000, p.130.

⁸ Idem, p.131.

⁹ SILVA, José B. de Andrada e. “Carta a Tomás Antônio de Villanova” (1820) in CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.118.

¹⁰ SILVA, José B. de Andrada e. “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura” (1823) in DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.40.

¹¹ SILVA, José B. de Andrada e. “Notas avulsas” (s.d.). In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.92.

¹² PÁDUA, Op.Cit. p.139.

¹³ SILVA, José B. de Andrada e. “Apontamentos sobre política” (s.d.) in *Coleção José Bonifácio*, Museu Paulista, doc. 228.

¹⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. Op.Cit. p.7.

¹⁵ SILVA, José B. de Andrada e. “Para ajuizar sobre o estado político de uma Nação” (s.d.). In: DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.84-85.

¹⁶ SILVA, José B. de Andrada e. “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados” (1821) in CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.130. E ainda: *Diário da Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 160.

¹⁷ SILVA, José B. de Andrada e. “Representação ao Príncipe” (1822) in CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 70.

¹⁸ CASTRO, T. de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p.23.

¹⁹ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação ao Príncipe* (1822). Op. Cit. p.139.

²⁰ Idem, p.142.

²¹ ARAÚJO, Tânia B. de. “Por uma política nacional de desenvolvimento regional” in *Revista Econômica do Nordeste*. Banco do Nordeste, v.30, nº 2, 1999, p.1.

²² SILVA, José B. de Andrada e. “Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente” (1821). In: CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.122.

²³ *Diário da Assembléia*, Op.Cit, p.160.

²⁴ Idem, p.187, tomo I.

²⁵ SILVA, José B. de Andrada e. *Notas avulsas* (s.d.), Op.Cit. p.101.

²⁶ SILVA, José B. de Andrada e. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados* (1821), Op.Cit. p.130.

²⁷ SILVA, José B. de Andrada e. *Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente* (1821), Op.Cit. p.122.

²⁸ SILVA, José B. de Andrada e. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados* (1821), Op.Cit. p.130.

²⁹ Idem, p.131.

³⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, p.138.

³¹ SILVA, José B. de Andrada e. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados* (1821), Op.Cit. p.131.

³² Idem, p.68.

³³ Idem, p.70.

³⁴ Idem, p.70.

³⁵ SILVA, José B. de Andrada e. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados* (1821), Op.Cit. p.128.

³⁶ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), Op.Cit. p.27.

- ³⁷ SILVA, José B. de Andrada e. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados* (1821), Op.Cit. p.128.
- ³⁸ Idem, p.128.
- ³⁹ PÁDUA, José Augusto. Op.Cit. p.132.
- ⁴⁰ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), Op.Cit. p.97.
- ⁴¹ MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ⁴² SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.
- ⁴³ CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.33.
- ⁴⁴ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), Op.Cit. p.24.
- ⁴⁵ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), Op.Cit. p.35.
- ⁴⁶ Idem, p.25-26.
- ⁴⁷ Idem, p.24.
- ⁴⁸ Idem, p.29.
- ⁴⁹ Idem, p.35-36.
- ⁵⁰ CASAS, Frei B. de Las. *O Paraíso Destruido: A Sangrenta História da Conquista da América Espanhola. Brevíssima Relação da Destruição das índias*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- ⁵¹ ROCHA, Manoel R. *Etiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado. Discurso sobre a Libertação dos Escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Cehila, 1992.
- ⁵² SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), Op.Cit. p.32.
- ⁵³ SILVA, José B. de Andrada e. *Notas avulsas* (s.d.), Op.Cit. p.73.
- ⁵⁴ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (1823), Op.Cit. p.28-32.
- ⁵⁵ SILVA, José B. de Andrada e Silva. “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil” (1823) in DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.52.
- ⁵⁶ SILVA, José B. de Andrada e. *Notas Avulsas* (s.d.). Op.Cit. p.75.
- ⁵⁷ SILVA, José B. de Andrada e. “Os índios são muito imaginativos” (s.d.) in DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.72.
- ⁵⁸ SILVA, José B. de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* (1823). Op.Cit. p.62.
- ⁵⁹ Idem, p.48.
- ⁶⁰ Idem, p.50-51.
- ⁶¹ SILVA, José B. de Andrada e. “Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca” (s.d.) in DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Publifolha, 2000, p.64.
- ⁶² HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.62.
- ⁶³ Idem, p.57.
- ⁶⁴ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.133.
- ⁶⁵ SILVA, José B. de Andrada e. “Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias” (1790) in CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- ⁶⁶ Idem, p.54.
- ⁶⁷ PÁDUA, José Augusto. Op.Cit. p.136.
- ⁶⁸ UNEP. *Goals and principals of environment impact assessment*. Nairobi, 1987.

- ⁶⁹ RIST, Gilbert. « Le développement: La violence symbolique d'une croyance » in COMELIAU, Christian (Org.), *Brouillons pour l'avenir: Contributions au débat sur les alternatives*. Les Nouveaux Cahiers de l'IUED 14, Genf, Paris (PUF), 2003, p.290.
- ⁷⁰ FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- ⁷¹ FERNANDES, Marcionila. "Desenvolvimento Sustentável – Antinomias de um Conceito". In: *Revista de Ciências Sociais e Econômicas Raízes*, v. 21, n° 2, 2002.
- ⁷² MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- ⁷³ STAHEL, Andri W. "Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis" in CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo, Cortez; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- ⁷⁴ CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo, Cortez; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p.153.
- ⁷⁵ BRÜSEKE, Franz J. "O Problema do Desenvolvimento Sustentável" in CAVALCANTI, Clóvis (Org) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo, Cortez; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p.35.
- ⁷⁶ LOO, Hans van der, e REIJEN, Willem van. *Modernisierung. Projekt und Paradox*. Deutscher Taschenbuch Verlag, 1992.
- ⁷⁷ SILVA, José B. de Andrada e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravidão (1823)*, Op.Cit. p.30.
- ⁷⁸ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.162.
- ⁷⁹ SILVA, José B. de Andrada e. Op.Cit. p.28.
- ⁸⁰ CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente, 1871*. Brasília, Senado Federal, 2002.
- ⁸¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / São Paulo: Editora da USP, 1980.
- ⁸² BUBLITZ, Juliana. "A Eco-História da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul" in *Revista Médis*, Caxias do Sul, v.3, n.6, p.179-200, 2004.
- BUBLITZ, Juliana e CORREA, Sílvia M. S. "Para uma outra história do desenvolvimento regional: Aspectos ecológicos da colonização alemã no Rio Grande do Sul" in *Seminário Internacional Leitura e Interpretação da Imigração na América Latina*. São Leopoldo, Unisinos, 2004.
- ⁸³ STAHEL, Op.Cit. p.108-109.
- ⁸⁴ SILVA, José B. de Andrada e. "Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal" (1815). In: CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.60.
- ⁸⁵ SILVA, José B. de Andrada e. "Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal" (1815). In: CALDEIRA, Jorge (Org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- ⁸⁶ PÁDUA, José Augusto. "A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n°44, 2000, p.125.
- ⁸⁷ SILVA, José B. de Andrada e. *Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil (1822)*. Op.Cit. p.73-74.
- ⁸⁸ SILVA, José B. de Andrada e. *Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil (1822)*. Op.Cit. p.74.
- ⁸⁹ SILVA, José B. de Andrada e. *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal (1815)*, Op.Cit. p.58.
- ⁹⁰ CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.46.
- ⁹¹ SILVA, José B. de Andrada e. *Notas Avulsas (s.d.)*. Op.Cit. p.106.
- ⁹² PÁDUA, José Augusto. *A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio*. Op.Cit. p.126.
- ⁹³ DEAN, Warren. Op.Cit. p.165.